

IRACEMA APARECIDA ESPIGIORIN RUY

**CONSELHEIRO DE ESCOLA: UM ALIADO NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

**CURITIBA
2003**

IRACEMA APARECIDA ESPIGIORIN RUY

**CONSELHEIRO DE ESCOLA: UM ALIADO NA CONSTRUÇÃO DA
GESTÃO DEMOCRÁTICA NA ESCOLA PÚBLICA BRASILEIRA**

Monografia apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Organização do Trabalho Pedagógico, Setor de Educação, Universidade Federal do Paraná como requisito de avaliação para obtenção do Título de Especialista em Educação.

Orientador: Prof^o Ângelo Ricardo de Souza

**CURITIBA
2003**

AGRADECIMENTOS:

**Ao meu querido esposo, pela compreensão e paciência.
À minha irmã Maria pela inestimável ajuda e colaboração.
Ao meu orientador, professor Ângelo Ricardo de Souza, pela dedicação e ensinamentos.**

SUMÁRIO

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS.....	i
RESUMO	ii
INTRODUÇÃO	01
I.A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO: ALGUNS PRINCÍPIOS	
NORTEADORES	07
II.OS CONSELHOS E UM POUCO DE SUA HISTÓRIA	17
III.TRAÇANDO O PERFIL DOS CONSELHEIROS	22
IV.CONSELHEIRO: O DIFERENCIAL NA GESTÃO ESCOLAR	25
CONCLUSÃO	34
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXOS	38

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELA 1 - CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS ESCOLAS	24
GRÁFICO 1 - PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO DOS PAIS E ALUNOS	25
GRÁFICO 2 - IDADE DOS CONSELHEIROS	26
GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	28
GRÁFICO 4 - FAIXA ETÁRIA	29
GRÁFICO 5 - RENDA FAMILIAR	29

RESUMO

A sociedade em sua totalidade vem passando por inúmeras transformações nos mais diferentes aspectos: social, cultural, econômico e político. E os cidadãos trazem consigo marcas dessas transformações, especialmente em sua maneira de pensar e ver o mundo com olhos diferentes, exigindo que a Escola repense seus conceitos e refaça sua maneira, até então tradicional, de se organizar e trabalhar. Faz-se necessária a adoção de uma postura mais aberta à democracia, na busca de maior autonomia, consciente de que somente com a participação de toda comunidade escolar na tomada de decisões, é que essas mudanças se efetivarão no âmbito escolar. É através do Conselho de Escola, formado por sujeitos de todos os segmentos da comunidade escolar, que ao se reunirem para discutir, eleger, votar e fazer valer suas decisões, nas mais diferentes instâncias da organização escolar, colaboram para o processo maior de Democratização da Escola Pública em busca de uma escola de qualidade para todos. Sabe-se que a criação de canais, como o Conselho de Escola, que viabilizam a maior participação da comunidade escolar, por si só, não dão conta de promover e efetivar realmente uma gestão compartilhada e democrática. No entanto se enfocarmos o aspecto humano é aí que encontraremos algumas respostas para justificar porque em algumas escolas a gestão participativa, compartilhada e democrática está sendo construída e em outras não. Para tanto, se faz necessário traçar um perfil desses sujeitos que buscam promover a democratização da Escola Pública Brasileira, através de uma gestão compartilhada, transparente e democrática. Este é o assunto tratado nesta pesquisa: o perfil do conselheiro de escola. A partir de uma análise dos dados de conselheiros e conselhos de nove escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, esta pesquisa discute o papel desses importantes sujeitos na construção da Gestão Democrática no cotidiano da Escola Pública.

Palavras-chave:
Gestão – Participação – Conselheiro

INTRODUÇÃO

Muito se tem discutido sobre a forma de Gestão da Escola Pública Brasileira, frente às profundas mudanças presenciadas na atualidade, mudanças que estão a exigir da educação e dos educadores tradução das determinações do mundo em que vivemos em conteúdos que possibilitem uma formação humana e cidadã e novas formas de organização e gestão que possibilitem a participação efetiva de todos no processo do conhecimento e de tomada de decisões.

Possibilitar a participação efetiva de todos através de uma gestão democrática da escola pública significa ultrapassar as barreiras impostas durante muitos anos pela escola, fazer com que ela efetivamente seja parte da comunidade onde está inserida, significa também a descentralização do poder na execução, na tomada de decisões e na avaliação do processo de autonomia da escola. Como bem expressa o pensamento de Paulo Freire (1991) em uma de suas entrevistas:

Tudo o que for possível fazer de forma competente, para introduzir mudanças democráticas no aparato escolar, deve ser feito: formação permanente das educadoras, sem manipulação ideológica, mas com clareza política, deixando iluminada a opção progressista da administração. Reformulação do currículo, participação popular na vida da escola, associação de pais, conselhos de escola, etc.

A descentralização do poder na Gestão Democrática possibilita a todos os sujeitos envolvidos com a educação e mais especificamente os envolvidos com a escola, conhecer, participar, exigir, tomar como compromisso a busca de uma escola pública de qualidade para todos. A participação possibilita à população um aprofundamento de seu grau de organização e em relação à escola ela contribui para a democratização das relações de poder no seu interior e conseqüentemente à melhoria da qualidade de ensino.

Assegurada em lei¹ a Gestão Democrática tem como um de seus princípios a participação da comunidade escolar e local nos Conselhos de Escola ou equivalentes. Estes têm se constituído como espaços de participação de professores, alunos, familiares, funcionários, enfim de toda comunidade escolar através de seus representantes, escolhidos ou eleitos – conforme regulamentação de funcionamento² - onde as decisões são tomadas pelo coletivo após apreciações e discussões, não concentrando na figura do diretor da escola as decisões e fazendo valer a vontade coletiva.

A criação dos Conselhos de Escola não deve ser mera formalidade ou simples cumprimento da lei, mas deve demonstrar a preocupação dos profissionais da escola e representantes da comunidade em zelar e fazer cumprir o dever do poder público que é garantir a todos o acesso à educação pública e gratuita, através de uma escola de qualidade e com recursos necessários para seu bom funcionamento, indo além da simples participação, mas supondo a constituição de sujeitos coletivos que darão sustentação à formação dos Conselhos de Escola e que, segundo Andréa Caldas Nunes(1999):

é preciso que se afirme a gestão colegiada na escola como a idéia de que é o Conselho Escolar o órgão máximo de direção, com sentido organizador e deliberativo, e não no sentido da assunção das tarefas de manutenção do ensino público, de responsabilidade do governo. Ao contrário deve ser o núcleo de pressão e resistência, de cobrança do dever do estado na garantia de condições para realização do projeto político-pedagógico, gestado democrática e articuladamente.

A participação da comunidade na Gestão Escolar, como já visto, é de fundamental importância para a democratização da escola pública, portanto os sujeitos envolvidos neste processo precisam ter clareza e conhecimento de seu papel, além de estarem engajados na luta pela melhoria da escola, certos de seus direitos e deveres enquanto

¹ Conforme Constituição Federal (1988) no artigo 206, inciso VI e LDB 9394/96, artigos 3º e 15º.

² No Estado do Paraná cada Conselho tem um Regimento próprio que regulamenta seu funcionamento, conforme Deliberação 20/91 do Conselho Estadual de Educação, artigo 6º.

representantes de um segmento, para assim atuarem defendendo o coletivo e não uma vontade individual ou da direção da escola.

O autor Norberto Bobbio (1986) coloca que, em se tratando das modalidades de decisão, a regra fundamental da democracia é a regra da maioria, regra a partir da qual são consideradas decisões coletivas, ou seja, vinculatórias para todo o grupo e aprovadas pela maioria daqueles a quem compete tomar a decisão, no entanto o mais importante é que os sujeitos chamados a decidir sejam colocados diante de alternativas reais e postos em condições de poder escolher entre uma e outra alternativa e que o direito de expressão de suas opiniões seja garantido.

A Gestão Democrática da escola pública pressupõe a quebra de barreiras entre os profissionais que atuam na escola e a comunidade, evidenciando que a escola não pode mais sobreviver em um sistema fechado, principalmente pela maior autonomia conquistada pelas escolas em relação aos níveis financeiro, administrativo e pedagógico. Tomemos como exemplo o aspecto financeiro: as escolas recebem repasses trimestrais de recursos³, no caso específico das escolas da Rede Municipal de Ensino de Curitiba, para suprir as necessidades de compra de materiais e reformas além de outros repasses feitos pelo município ou pelo governo federal (PDDE)⁴, situações e ocasiões dentre outras, em que o Conselho de Escola é chamado a participar e os representantes (conselheiros) dos segmentos que compõe a comunidade escolar, reúnem-se com a direção da escola, para juntos definirem o planejamento das ações, as prioridades e necessidades da escola para aplicação dos recursos.

Sendo um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva e fiscal, os Conselhos das Escolas Municipais de Curitiba têm a finalidade de promover a articulação entre os segmentos da comunidade escolar, assim como tomar decisões, planejar,

³ Programa de Descentralização de Recursos implantado pela Secretaria Municipal de Educação de Curitiba, em agosto de 1.997.

⁴ Programa Dinheiro Direto na Escola implantado em 1.995, pelo Governo Federal através do Ministério da Educação e do Desporto.

executar, acompanhar e avaliar as questões administrativas, pedagógicas e financeiras das escolas.

E os conselheiros são agentes importantes na construção da Gestão Democrática na Escola, através de sua efetiva participação e do entendimento

de que o alcance dos objetivos educacionais, em seu sentido amplo, depende da energia dinâmica das relações interpessoais no contexto da organização escolar e em torno de objetivos educacionais entendidos e assumidos por todos para a sua realização (Lück, 1998:15)

No entanto o fato de existir um Conselho de Escola não garante, por si só, a efetivação da participação da comunidade escolar e nem tampouco a Gestão Democrática, por mais que toda a comunidade esteja representada, os sujeitos envolvidos, conselheiros, têm suas próprias maneiras de ver o mundo e entendê-lo; diferentes graus de compreensão; valores e juízos de valor de acordo com sua cultura; compreensão do papel da escola e o seu próprio como representante de um segmento, ou seja, cada um com seu modo particular e único de ser, sentir, viver, compreender e entender. Sujeitos tão diferentes uns dos outros, mas com objetivo comum, que muitas vezes não são alcançados porque, em alguns grupos a coletividade pode se transformar em individualidade e disputa de poder, colocando a perder toda uma energia que bem aplicada poderia provocar boas mudanças na escola. Esta é a preocupação de muitas escolas e principalmente das(os) diretoras(os), de que os pais e professores não comparecem às reuniões, não ajudam em nada e outras queixas.

Portanto, tendo os Conselhos um papel muito importante na democratização da educação, faz-se necessário investigar em que medida os representantes destes Conselhos têm consciência de que suas ações e decisões validam o processo de participação ativa na Gestão da Escola Pública.

Não se tem encontrado na literatura sobre a Gestão Democrática, estudos que apontem os motivos e/ou interesses que movem os sujeitos a fazer parte da construção de

uma escola pública de qualidade através de sua organização e participação nos Conselhos de Escola, ou seja, este trabalho se propõe a conhecer quem são os sujeitos que participam dos Conselhos de Escola, mais especificamente nas Escolas Municipais de Curitiba, buscando traçar um perfil destes sujeitos que estão ajudando a construir um projeto de Gestão Democrática e Participativa da Educação, a fim de subsidiar reflexões e estudos sobre a participação destes sujeitos como agentes promotores de mudança e transformação no interior das escolas, verificando em que medida esta participação se reflete na maior ou menor eficiência de atuação dos Conselhos de Escola.

Enfim, a Gestão Democrática na escola se faz através da construção contínua de um processo de democratização que propicie a efetiva participação dos sujeitos envolvidos em diferentes instâncias políticas e mais especificamente nos Conselhos de Escola.

Os Conselhos de Escola refletem uma forma de participação de toda comunidade escolar, através de decisões tomadas no coletivo por intermédio de representantes, buscando a efetivação de uma escola pública de qualidade consciente de suas reais possibilidades e necessidades e das melhores formas de supri-las.

Os representantes da comunidade escolar são eleitos ou indicados através de reuniões ou Assembléias, no propósito de representar um determinado segmento, com direito a voz e voto, cientes da responsabilidade que assumiram na implementação de processos para viabilização da Gestão Democrática nas escolas em que participam.

É fato que todas as Escolas Municipais de Curitiba têm os seus Conselhos de Escola, cada um com sua peculiaridade, mas, ainda em algumas escolas, existem muitas queixas sobre o desempenho do Conselho como canal de integração e participação da comunidade escolar.

As diretrizes para organização e constituição são as mesmas para todas as escolas, no entanto o diferencial está nas pessoas/sujeitos que fazem parte destes Conselhos e têm a função de representar os seus pares. São pais, professores, funcionários e alunos – peças-chaves e fundamentais no processo maior da Democratização da Escola – que com sua

subjetividade contribuem (ou não) para a melhoria da escola. Portanto esta Pesquisa tem por indagação a seguinte problemática:

Quem são esses sujeitos? Qual é o perfil dos representantes/conselheiros que atuam nos Conselhos de Escola, em cujas decisões está o poder de tornar mais democráticas as relações entre escola e comunidade e com o objetivo de transformar a escola pública em uma escola de melhor qualidade?

Fazendo-se necessário buscar informações sobre estes sujeitos, saber o que o pensam sobre a escola e sobre si próprios, quais são suas dificuldades, se efetivamente participam das discussões e das decisões, se têm suas próprias opiniões ou são manipulados, se validam ou não decisões já tomadas e acertadas, se têm vez e voto garantidos conforme regimento, e por fim avaliando como tudo isto interfere num processo de Gestão Democrática da Escola.

Para uma melhor compreensão dos aspectos abordados neste trabalho, no primeiro Capítulo far-se-á uma abordagem sobre Gestão Democrática envolvendo alguns princípios como a Democracia, Participação e Autonomia.

No segundo Capítulo, apresentar-se-á uma discussão sobre os Conselhos de Escola e as normatizações que os regulamentam, assim como a função que estes desempenham na organização político-pedagógica das escolas públicas.

No terceiro Capítulo será apresentado, discutido e analisado o conteúdo dos instrumentos de coleta de dados, visando responder a problematização levantada.

E, por fim, serão apresentadas às conclusões finais de todo o desenvolvimento do trabalho.

I. A GESTÃO DEMOCRÁTICA NA EDUCAÇÃO: ALGUNS PRINCÍPIOS NORTEADORES

“Para a sociedade e para trabalhadores em educação, a democracia da e na escola é o único caminho para reconstruir a escola pública de qualidade”. (Bastos, 2001:9)

Segundo Bobbio (1986) uma definição mínima de democracia seria um conjunto de regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados. Sendo assim não pode haver democracia na escola onde os interessados não participam, não tem vez e voz, onde o planejamento, as tomadas de decisão, a execução e avaliação não se dão com a participação do coletivo e muitas vezes são impostas por instâncias superiores.

A discussão da democratização da escola pública brasileira não é novidade, mas muito atual, encontrando-se referências tanto na constituição de 1988 como na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9394/96.

Em um breve retrospecto histórico encontramos em Anísio Teixeira (Bastos,2001:20) a preocupação em relacionar democracia com administração escolar. Acreditava que a democracia é o regime capaz de dar os instrumentos necessários de controle para os cidadãos, sobre a coisa pública. Esse movimento de democratização foi coibido por forças políticas que preparavam o Estado Novo.

Nos anos 70, os movimentos de democratização da escola pública, recomeçaram a partir das reivindicações das classes populares por mais vagas e pelas eleições para diretores que ocorreram em alguns estados e cidades onde os governantes se sentiram bastante pressionados principalmente pelas comunidades eclesiais de base. A luta pela democracia se alargava por todos os setores da sociedade no Brasil.(Bastos, 2001:20).

Nas décadas de 70 e 80, um amplo movimento da sociedade e mais especificamente dos trabalhadores da educação e partidos de esquerda, conseguiu articular um projeto político, que tinha o objetivo de garantir a participação da população nas decisões da

administração pública, buscando a democratização do Estado e da sociedade.(Bastos, 2001:23)

Em uma crítica à extensão do projeto de democratização para a escola pública e mais especificamente à participação dos pais na escola, a autora Marília Pontes Spósito (2001:48) coloca que:

tal participação foi considerada tão importante para o regime autoritário, que passou a ser compulsória a partir da década de 70, mediante a regulamentação e a obrigatoriedade da criação de alguns canais, como as Associações de Pais e Mestres, tuteladas por regras burocráticas, ou seja, estabelecendo uma condição de “cidadania sob controle”.

O processo de democracia ainda hoje não é tão claro para toda a sociedade, pois, por mais que a definição feita por Bobbio retrate o que se pretende com a democracia, não fomos educados para participar, expressar nossas opiniões, buscar juntos uma solução para os problemas não esperando que só o governo o resolva. Ficou-nos muito presente à idéia de democracia como somente a possibilidade de votarmos nas pessoas que ocuparão cargos públicos de direção, sabendo-se que o voto é um dos caminhos para a democracia, mas não o único. E o que pensar então de democracia na escola?

O autor Michael Apple (1997) em sua obra intitulada “Escolas Democráticas”, coloca que tanto a própria democracia como a escola democrática não se dá ao acaso, se faz necessário tentar, buscar alternativas, entrar em ação realmente, “... é criar estruturas e processos democráticos por meio dos quais a vida escolar se realize. Uma outra forma de se ter uma escola democrática é criar um currículo que ofereça experiências democráticas aos jovens”. Ou seja, todos na escola devem participar do processo de tomada de decisão, tanto de questões administrativas como pedagógicas, como o que ele chama de planejamento cooperativo entre professores e alunos “que é uma tentativa genuína de respeitar o direito das pessoas participarem na tomada de decisões que afetam sua vida” (Apple, 1997:21).

Instaurar os processos de democracia exige mais que vontade política, exige comprometimento e vontade de fazer e a escola deve ser o espaço para que a democracia seja exercitada.

Segundo Santos Guerra (1994) a democracia não se esgota no exercício do voto, mas traz consigo determinados princípios como:

- A participação que exige um diálogo permanente e um debate aberto, o controle das decisões e uma capacidade de crítica.
- O pluralismo, pois há diversidade e não deve ser a raça, o sexo, a cultura ou a religião que discrimine as pessoas.
- A liberdade de expressão, de ação e de associação. Buscar uma igualdade de oportunidade a todos para que se desenvolvam.
- A justiça de condições de vida, de sobrevivência com dignidade a todos.
- O respeito mútuo, que possibilite a convivência entre os diferentes.
- A tolerância: considerar todos os indivíduos como pessoas de igual dignidade.
- Coragem cívica de lutar pelas desigualdades e injustiças.
- A solidariedade, ou seja, a identificação com os problemas das pessoas ou grupos.
- A racionalidade comunicativa, ou o discurso racional para se buscar os interesses comuns.

A escola através de seu contexto como comunidade aberta e tolerante, mas especificamente através de seus professores, deve ser um espaço sócio-político relevante e transcendental para a formação dessas atitudes de tolerância e dos valores de igualdade e solidariedade, fundamentos de toda sociedade democrática. (Santos Guerra, 1994:158)

A democracia além de representar uma forma de governo é também um modo de viver associado, de comunicar a experiência conjunta.

Diante de tão elucidativa definição e explanação dos princípios que envolvem ou deveriam envolver uma sociedade democrática e por conseqüência uma escola

democrática, esta ainda não é a realidade das escolas, não se vivencia isso no dia-a-dia da escola pública brasileira. Com certeza há inúmeros esforços de profissionais comprometidos com esta busca incessante de igualdade, justiça, dignidade e qualidade no entanto ainda existem escolas que somente reúnem seus professores para tratar de assuntos periféricos, não discutindo as decisões tomadas, o planejamento, as relações entre escola e comunidade e o projeto político-pedagógico.

Para que o processo de democracia se efetive na escola, se faz necessária a participação de todos os envolvidos com ela, no entanto, é impossível reunir todos ao mesmo tempo, portanto não é necessário, nem viável, que todos tenham que estar juntos, em todos os momentos para resolver sobre tudo, pois muitos sujeitos participando não implica ou não é garantia de que as decisões tomadas sejam as melhores e que aconteçam mais rápido para o grupo. A participação dos grupos através da representação por determinados sujeitos eleitos ou aclamados, dá conta de fazer valer o princípio da democracia, quando estes representam os reais interesses de seus representados e não os seus próprios.

As escolas públicas têm viabilizado com a Gestão Democrática a participação dos profissionais envolvidos com a educação e a escola: professores, funcionários, alunos e comunidade (familiares e representantes de outras entidades), através de colegiados como o Conselho de Escola, onde são discutidas questões próprias da educação como o Projeto Político-Pedagógico, definição de Calendário Escolar, aplicação de recursos, dentre outros, onde os sujeitos envolvidos elegem ou indicam seus representantes que juntos com a direção da escola decidem coletivamente e em consenso qual a melhor decisão a tomar, considerando sempre a especificidade da educação em garantir uma escola de qualidade e o acesso a todos a que dela têm direito. No entanto a mera consulta aos sujeitos, de algo que já está pronto e não é passível de discussão não é democracia sendo que para os sujeitos que participam das decisões o *“mais importante são as relações internas de transparência, o grau de autonomia e responsabilidade dos membros e a*

possibilidade de interferir efetivamente na construção de um plano consensual de ação coletiva” (Gutierrez & Catani, 2000:63).

Participação requer compromisso, desprendimento de ideais individualistas, conhecimento acerca do que se está tratando e pode ser aprendida, pois *“novos experimentos participativos desempenham também papel educativo aos seus participantes, à medida que fornecem informações, os capacitam à tomada de decisões e desenvolvem uma sabedoria política” (Gohn, 2001:43).*

O dilema da escola pública em realizar a gestão democrática e participativa está na:

Relação entre desiguais onde se encontra uma escola desparelhada do ponto de vista financeiro para enfrentar os crescentes desafios que se apresentam, e também, uma comunidade não muito preparada para a prática da gestão participativa da escola, assim como do próprio exercício da cidadania em sua expressão mais prosaica. (Gutierrez & Catani, 2000:69)

Como dito anteriormente, a participação na gestão da escola está, pelo menos no plano teórico, garantida pela atuação dos Conselhos de Escola, que são uma grande conquista e resultado de longa luta política desde a década de 80 e com a função de *“dotar a escola de autonomia para poder elaborar e executar seu projeto educativo” (Gutierrez & Catani, 2000:69).*

Tem se dado à participação um enorme destaque, nos processos de democratização, no entanto o como ela se dá, pouco se tem discutido, pois como colocam os autores Gustavo Luís Gutierrez e Afrânio Mendes Catani(2000:61):

...associar-se o maior grau de participação ao maior número de pessoas interferindo no processo, entra-se numa espiral de expectativas impossível de se atender nas organizações, que pouco ou nenhum compromisso têm com a qualidade e eficiência, e que uma simples consulta às pessoas não garante uma participação consciente.

Participar significa contribuir, com igualdade de oportunidades, nos processos de formação discursiva da vontade, ou seja, consiste em ajudar a construir comunicativamente o consenso quanto a um plano de ação coletivo. Requer compromisso, desprendimento de ideais individualistas, conhecimento acerca do que se está tratando e:

Essa participação dá às pessoas a oportunidade de controlar o próprio trabalho, ao mesmo tempo em que se sentem parte orgânica de uma realidade e não apenas um apêndice da mesma, ou uma simples ferramenta para realizar objetivos institucionais. Pela participação é possível superar a prática do poder individual e de referência empregado nas escolas. (Lück, 1998:15)

A participação da comunidade escolar é mais do que a integração entre a escola e a comunidade, é a colaboração dos pais, e deve ser encarada como mecanismo de representação e participação política:

Há de se saber, que chamar os pais ou familiares a participar não é atribuir a eles a obrigação que deve ser do Estado, em manter as condições físicas e recursos humanos nas escolas, mas é um novo aprendizado tanto para os profissionais da escola como para a comunidade, pois exige que a escola se desvincilhe de velhas práticas autoritárias e burocráticas e perceba que para ser coerente com o discurso de democratização que apregoa se faz necessário a discussão coletiva de suas ações e decisões, envolvendo uma gama maior de interessados no sucesso do aluno e conseqüentemente no da escola. (Spósito: 2001,49)

A escola pode em muito ter a contribuição da comunidade, desde que explicita para os envolvidos como vai se dar essa participação, não manipulando decisões, mas

esclarecendo como funciona um Conselho de Escola, quais suas atribuições, sua função, sua abrangência como órgão deliberativo, consultivo e fiscal. E o diretor da escola tem um papel importante na condução das discussões, como ilustra uma pesquisa de Daniel Garcia Flores citada por Gutierrez & Catani(2000), que aponta em relação às dificuldades do pleno desenvolvimento e atuação dos Conselhos de Escola: a manipulação por parte dos diretores e a má vontade em participar por parte dos conselheiros como um grande entrave ao processo de democratização. Cabe ao diretor fazer com que todos se expressem, sem manipular ou forjar situações e acima de tudo garantir que o Conselho de Escola seja um grande e forte aliado na busca da melhoria da escola pública.

É certo ainda que, nos limites de um ideário que se manifesta mais claramente para uns do que para outros, a compreensão sobre a Gestão Democrática Participativa da comunidade interna e externa da escola⁵, está no campo do discurso e a intencionalidade não corresponde à prática. A compreensão sobre essa forma de Gestão está no nível de uma repetição mecânica dos que ouvem ou lêem, sem que haja uma articulação consciente com seu significado político-social e faltam às estas comunidades clareza e conscientização suficientes, ou mesmo aceitação em alguns casos, de que a participação é um direito que só se efetiva se for conquistado.

Muitas vezes a dificuldade de participação da comunidade escolar é consequência da falta de autonomia, pois a autonomia num projeto de Gestão Democrática, é a constante busca pelo que fazer mais e melhor, alargando limites e mesmo transgredindo regras, pois *“as transgressões são construtoras da história e são significativas quando representam uma desobediência no caminho da responsabilidade e do bem comum”* (Rios,1995:17).

Sendo a autonomia algo a construir, como diz a autora Terezinha Azeredo Rios(1995:14):

⁵ Entende-se por comunidade interna o corpo de professores, equipe técnica, equipe pedagógica e funcionários que atuam na escola;

Comunidade externa: são os alunos ,seus familiares e representantes de Associações ou outras instituições que por ventura existam na comunidade, sendo que estes últimos não têm direito a voto, nas reuniões.

Devemos refletir sobre o tema da autonomia como projeto. Ora um projeto é algo que se constrói com vistas ao futuro – ele aponta para algo que está por vir. Nosso pressuposto é, então, o de que a autonomia assim como a liberdade, é algo a ser construído – não está dada, garantida já em nossa prática.

É necessário o envolvimento de todos responsáveis pelo sucesso da escola – professores, pais, direção, funcionários, alunos – unindo forças para a democratização do acesso e permanência dos alunos na escola, com uma educação de qualidade, com condições físicas necessárias, com respeito aos profissionais da educação (salários justos, condições de trabalho, capacitação) e principalmente com o ideal de construir uma sociedade mais humana.

É muito freqüente a queixa das escolas em relação “a falta de autonomia” para tomar decisões e promover mudanças pois estão a esperar que autonomia lhe seja dada através de uma portaria, decreto ou coisa parecida, não entendendo que “*o significado de autonomia nos remete para regras, leis criadas pelos próprios indivíduos sem constrangimento externo.*” (Rios: 1995)

A idéia de autonomia não pode estar dissociada da idéia da vida em conjunto, das relações entre as pessoas e da consciência de que somos responsáveis pelo que realizamos, pois é algo que provêm de nós mesmos.

É certo que a realidade concreta impinge limites à ação da escola, ou melhor aos profissionais que nela trabalham, sejam as instuições que a mantém – Secretaria da Educação e o próprio Estado – que normatizam as ações ou da comunidade a qual pertence, porém é nesse limite que a escola vai construindo a sua autonomia, com responsabilidade e competência no que faz e com a participação da comunidade escolar.

Para que a autonomia possa ser construída se faz necessária a descentralização de alguns procedimentos, como por exemplo: o Projeto Pedagógico da Escola, que é “a cara da escola”, não pode ser algo que alguém fora da escola o construa. Outro exemplo é o da

Descentralização de Recursos, onde há uma distribuição trimestral de recursos que a escola recebe da Secretaria Municipal (no caso específico de Curitiba) para compra de parte do material necessário para o seu funcionamento – material de expediente, lâmpadas, etc. – e para pequenas reformas (troca de vidros, torneiras, etc.). Com esse processo a escola ganhou mais agilidade na resolução de pequenos problemas de todo dia, não precisando mais fazer inúmeras requisições e aguardar por um longo tempo.

Para a definição das prioridades da utilização deste recurso, são realizadas nas escolas municipais reuniões com o Conselho de Escola e com a Associação de Pais, Professores e Funcionários (APPF), para a elaboração de planos de aplicação e aprovação de gastos realizados, além da fiscalização da correta aplicação e destinação dos recursos.

Outro exemplo é o do Calendário Escolar, que nas escolas municipais de Curitiba é objeto de elaboração e fiscalização de seu cumprimento pela comunidade escolar, que o aprova ou altera, através de seus representantes no Conselho de Escola.

É certo que as escolas podem ter responsabilidades sobre mais aspectos de seu funcionamento, no entanto isso não lhe será dado, até porque há interesses políticos e econômicos para que isto não ocorra e será somente através da mobilização da comunidade escolar pressionando as instituições mantenedoras que a escola poderá atuar de forma ainda mais autônoma, através de instâncias como os Conselhos de Escola, pois como bem diz o grande poeta: “*as leis não bastam, os lírios não nascem das leis*”. Faz-se necessário que o exercício da participação nos Conselhos de Escola seja vivenciado no dia-a-dia, tornando-se tão essencial quanto a presença de professores e alunos na escola.

Efetiva descentralização e autonomia para as escolas devem ser condições mínimas para a ampliação do processo de democratização da gestão escolar, pois não há como os Conselhos de Escolas – canais democráticos de gestão – exercerem suas funções plenamente se não existirem mudanças administrativas por parte das esferas municipais, estaduais e federais, pois só assim “*a gestão tenderá a ser concebida como direitos concretos de cidadania e não como dádiva de uma ou outra escola, em relação aos usuários*”. (Spósito, 2001:50)

Portanto a Gestão Democrática deve ser entendida como processo de aprendizagem e de luta política que extrapola os limites da prática educativa e almeja alcançar o efetivo funcionamento dos canais de participação e de aprendizado das relações democráticas e do repensar das estruturas de poder e dominação que permeiam as práticas educativas e todas as relações sociais.

II. OS CONSELHOS E UM POUCO DE SUA HISTÓRIA

“Um Conselho é, então, o lugar onde a razão se aproxima do bom senso e ambos do diálogo público, reconhecendo que todos são intelectuais, ainda que nem todos façam do intelecto uma função permanente”. (Antonio Gramsci)

Para um maior entendimento sobre Conselhos se faz necessário inicialmente, conhecer a origem etimológica da palavra Conselho e seus aspectos históricos.

Conselho vem do latim Consilium, que deriva do verbo consulo/consulere e significa tanto ouvir alguém como submeter algo a uma deliberação de alguém, após uma ponderação refletida, prudente e de bom senso, ou melhor, significa ouvir e ser ouvido (Cury,2001:49).

Alguns Conselhos tornaram-se famosos ao longo da história, dentre eles destaca-se a Comuna de Paris, os Conselhos dos Sovietes Russos, os Conselhos Operários de Turim (Conselhos de Fábrica), alguns Conselhos na Alemanha em 1920 e Conselhos na antiga Iugoslávia (1950). Uma característica do aparecimento destes conselhos são as crises políticas e institucionais, contrapondo-se às organizações tradicionalistas.

Um fato marcante da Comuna de Paris foi a *“autogestão da coisa pública pelos próprios mandatários, a possibilidade da participação direta da população na gestão da cidade”* (Gohn. 2002 p.66).

Os Conselhos dos Sovietes Russos formados por soldados, operários e intelectuais revolucionários influenciaram sindicatos, partidos políticos e associações voluntárias a desempenharem tarefas públicas na área de saúde e segurança pública, até então responsabilidade do Estado.

Os Conselhos alemães tiveram como destaque Rosa de Luxemburgo, que defendia a atuação de Conselhos nas fábricas com funções diferentes das até então determinadas por estes.

Os Conselhos de Fábrica, na Itália, eram vistos como alternativas possíveis de participação. Já na Iugoslávia, os conselhos foram criados como estratégias de defesa (fábricas, distritos, províncias, etc.), no pós-guerra.

No Brasil a formação de Conselhos advém de longa data, com registro de sua existência desde o período do Império, quando vinculado ao Colégio Dom Pedro II, com o nome de Conselho Diretor.

Os Conselhos no Brasil do século XX diferenciavam-se por sua natureza: os criados pelo próprio poder público Executivo que tinham por objetivo mediar as relações com os movimentos e organizações populares; os populares que por sua vez intermediavam as relações do poder público com os movimentos populares e os institucionalizados que buscavam a participação na gestão dos negócios públicos.

Na década de 30, sob o governo provisório de Getúlio Vargas, surge o Conselho Nacional de Educação, voltado ao Ensino Superior, vigorando de 1931 a 1936. A Lei 4024/61 transforma o então Conselho Nacional de Educação em Conselho Federal de Educação (que vigorou até o governo do presidente Itamar Franco) e cria também os Conselhos Estaduais de Educação. A Lei nº 5692/71 possibilita a criação dos Conselhos Municipais de Educação, subordinados aos Conselhos Estaduais. A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação (9394/96), admite a existência de “órgãos normativos dos sistemas”. Esta Lei também prevê em seu artigo 14, o princípio da gestão democrática do ensino público e no inciso II, item a: “*participação das comunidades escolar e local em Conselhos de Escola ou equivalentes*”.

No Estado do Paraná a criação de Conselhos de Escola se deu através da Deliberação 20/91, de autoria do Conselho Estadual de Educação que delibera a respeito da elaboração dos Regimentos Escolares por parte de todas as escolas públicas do Estado que “*fundamentar-se-ão na concepção democrática da Educação*”, através da gestão escolar, onde haverá um órgão máximo de direção – o colegiado (Conselho de Escola).

E afinal o que são os Conselhos de Escola?

Conselhos de Escola são órgãos colegiados formados por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, diretor, vice-diretor e funcionários, com a função de dirigir coletivamente a escola. É através do Conselho que a comunidade escolar se faz representar, tornando-o um importante canal de participação e um instrumento da gestão escolar decidindo acerca de aspectos administrativos, financeiros e pedagógicos.

Os Conselhos na Educação tiveram ênfase maior devido à importância que a educação passou a ter na atualidade onde as escolas deixaram de ser meros espaços de transmissão do saber, tornando-se espaços sociais e de formação da cidadania. Conselho de Escola como dito anteriormente é um órgão colegiado formado por todos os segmentos da comunidade escolar: pais, alunos, professores, diretor, vice-diretor e funcionários, com a função de gerir coletivamente a escola. O Conselho é um espaço de construção de um projeto de escola voltado aos interesses da comunidade em que está inserido, possibilitando assim o exercício da cidadania e o aprendizado de relações mais democráticas, contribuindo para a formação de cidadãos mais ativos. É através do Conselho que a comunidade poderá acompanhar e controlar a qualidade da educação que lhe é ofertada.

A configuração dos conselhos varia entre os municípios, mas independente do número de participantes a composição deverá ser sempre paritária, ou seja, que seja assegurado o mesmo número de representantes por segmento. Com exceção do diretor e vice-diretor que são membros natos, todos os outros representantes do Conselho são eleitos e/ou indicados por seus pares.

As atribuições do Conselho, seu funcionamento, sua composição, sua função são determinadas pelo Regimento Interno de cada instituição escolar, podendo ainda existir um Estatuto próprio do Conselho onde constará por exemplo: a forma de convocação de reuniões ordinárias e extraordinárias, duração dos mandatos dos representantes, forma de substituição daqueles representantes que não comparecem às reuniões, etc.

Em relação à função do Conselho de Escola, ele poderá desempenhar funções de natureza consultiva, deliberativa, normativa e fiscal.

- A função consultiva, como o próprio nome diz, se refere ao fato do Conselho ser apenas consultado a respeito de algo muitas vezes já pré-definido, não podendo nestas ocasiões tomar decisões, opinando às vezes.
- A função deliberativa diz respeito à definição de prioridades, elaboração de planos, decisão e aprovação de mudanças, gastos, ou seja, definir e decidir a respeito dos aspectos financeiros, administrativos e pedagógicos.
- A função normativa que regulamenta as questões pertinentes ao Conselho.
- A função fiscalizadora está no acompanhamento do cumprimento ou execução do que foi deliberado pelo colegiado

A natureza da função do Conselho não pode ser considerada como uma questão menor, pois disto depende a participação maior ou menor, mais efetiva ou mais formal dos alunos, pais, professores e funcionários. Portanto:

Fica claro que o conselho de natureza deliberativa é aquele que melhor pode contribuir, ativa e efetivamente, para que a democratização e a autonomia da escola sejam alcançadas,...Representa grande avanço na direção do exercício permanente da democracia e da cidadania na escola e na sociedade em geral(Ciseski, 1998: 52).

Ainda “a articulação entre direção da escola e Conselho pode gerar uma gestão participativa que conheça melhor a própria comunidade escolar, seus saberes e práticas. Juntos podem fazer uma etnografia da escola e elaborar um projeto político-pedagógico renovado” (Gohn, 2001:104).

No entanto é necessário criar condições para que o Conselho exerça seu papel, condições estas como a de:

Construção cotidiana e permanente de sujeitos sócio-políticos capazes de atuar de acordo com as necessidades

desse novo que-fazer - pedagógico-político, redefinição de tempos e espaços escolares que sejam adequados à participação, condições legais de encaminhar e colocar em prática propostas inovadoras, respeito aos direitos elementares dos profissionais da área de ensino (plano de carreira, política salarial, capacitação profissional). (Ciseski, 1998:45)

III. TRAÇANDO O PERFIL DOS CONSELHEIROS

A pesquisa realizada é de caráter empírico, por estar relacionada ao levantamento de dados empíricos que buscam traçar o perfil dos sujeitos que participam dos Conselhos de Escola, mais especificamente das Escolas Municipais de Curitiba, objeto desta pesquisa.

A metodologia utilizada foi a amostragem qualitativa, com pesquisa de campo através de questionários. Por tratar-se de uma rede de escolas muito grande e que atende a diversas modalidades de ensino, abrangendo desde a Educação Infantil até a Educação de Jovens e Adultos (fase II – 5ª a 8ª série), optou-se por escolher uma amostragem de 10 (dez) escolas através de alguns critérios:

- escolas de diferentes Núcleos Regionais de Educação. A cidade de Curitiba é dividida em Regionais que abrangem um determinado conjunto de bairros próximos, visando descentralizar a oferta de serviços públicos.
- que atendem modalidades de ensino diferentes, com capacidade de atendimento diversificada (quantidade de alunos).
- com regime de trabalho diferenciado (escolas de tempo integral – CEI e regulares).

A opção por escolher diferentes regiões da cidade foi um critério para tentar abranger diferentes comunidades em seus aspectos econômico, social e cultural.

A Rede Municipal de Ensino de Curitiba oferta Educação Infantil, Ensino Fundamental sendo que nos quatro ou cinco primeiros anos o ensino é dividido em dois Ciclos de Aprendizagem, com promoção automática e os outros quatro anos são seriados nas escolas pesquisadas (5ª a 8ª série) e a Educação de Jovens e Adultos, de forma supletiva de 1ª a 8ª série.

Outro critério para a escolha das escolas pesquisadas foi à quantidade de alunos e a organização de trabalho, ou seja, se atende os alunos por turnos de quatro horas (escola regular) ou de oito horas (Centros de Educação Integral – CEI's e CAIC).

Nas dez escolas escolhidas para o envio dos questionários, o contato foi realizado entre a direção destas e a pesquisadora, antes, porém foi enviada uma correspondência à Diretora do Departamento de Educação Municipal, sobre a intenção de realizar esta pesquisa nas escolas municipais. Para cada escola foram enviados dez questionários, sendo cinco para serem respondidos por representantes do segmento dos pais e alunos e cinco questionários para os representantes do segmento dos professores e funcionários, além de algumas questões para serem respondidas pelo (a) diretor (a), acerca do número de representantes do Conselho, data da última eleição, dificuldades encontradas e outros dados relevantes à pesquisa.

Infelizmente nem todos os questionários retornaram para serem analisados e uma das escolas não devolveu nenhum.

Do montante dos questionários enviados ao segmento dos pais e alunos somente 48% retornaram e dos questionários enviados ao segmento dos professores e funcionários 70% retornaram para serem analisados.

Esclarece-se que, a nenhum conselheiro foi solicitado que se identificasse ao responder os questionários.

Para fins de ilustração do pensamento, através da fala de algum conselheiro, será utilizada para cada escola uma letra seguindo-se a ordem:

Escola A, Escola B, Escola C, Escola D, Escola E, Escola F, Escola G, Escola H e Escola I.

TABELA 1 – CRITÉRIOS PARA ESCOLHA DAS ESCOLAS

Escolas	Núcleo Regional	Número de alunos	Modalidade de Ensino	Organização da Escola
A	Portão	1.863	Ensino Fundamental Educação de Jovens e Adultos- Fase I 1 ^a à4 ^a série	Etapa Inicial, Ciclos I, II, III e IV. Ensino Regular de 4 horas/aula.
B	Boqueirão	690	Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- Fase I	Etapa Inicial, Ciclos I e II. Algumas turmas regulares e outras de tempo integral (+ de 6 horas)
C	Santa Felicidade	500	Ensino Fundamental	Etapa Inicial, Ciclos I e II.
D	Bairro Novo	3.200	Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- Fase I e II(5 ^a à8 ^a)	Etapa Inicial, Ciclo I e II. 5 ^a à 8 ^a série (seriado) Ensino Regular
E	Pinheirinho	1.200	Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- Fase I	Etapa Inicial, Ciclos I e II. Algumas turmas regulares e outras de tempo integral
F	Bairro Novo	680	Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- Fase I	Etapa Inicial, Ciclos I e II. Ensino regular
G	Portão	613	Ensino Fundamental	Etapa Inicial e Ciclos I e II Classe Especial Ensino regular
H	Boa Vista	1.360	Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- Fase I	Etapa Inicial, Ciclos I e II e 5 ^a à 8 ^a série (seriado). Ensino regular
I	Cajuru	1.262	Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos- Fase I	Etapa Inicial, Ciclos I e II. Ensino Regular

IV. CONSELHEIRO: O DIFERENCIAL NA GESTÃO ESCOLAR

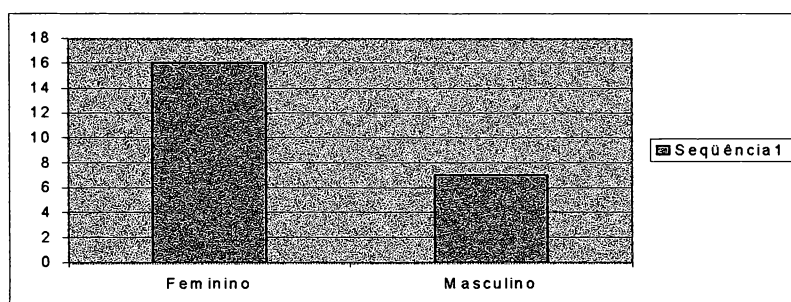
Constatou-se através da pesquisa realizada com base nos questionários que a participação feminina na composição dos conselhos, tanto no segmento dos pais e alunos como no segmento dos professores e funcionários é muito maior do que a masculina.

Outro dado também importante foi que apenas dois ou três questionários foram respondidos por alunos, pelo fato de muitas escolas não optarem por tê-los em seus Conselhos, dada a liberdade na formulação de cada estatuto próprio conquanto que se garanta a paridade entre os segmentos.

Em relação ao perfil dos Conselheiros, propriamente dito, entendeu-se melhor dividir os segmentos dados a especificidade de cada um.

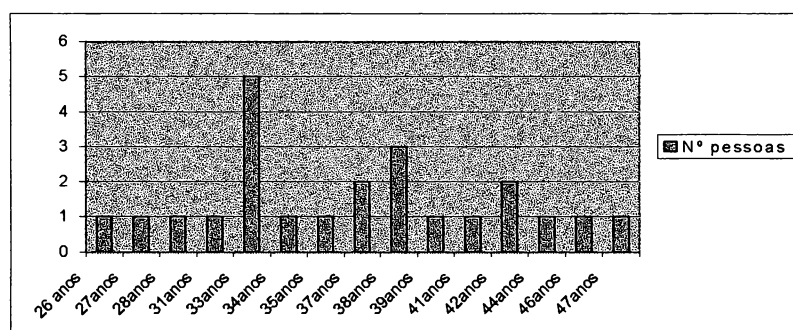
No segmento dos pais e alunos a predominância feminina também foi maior, dos questionários respondidos por este segmento, 71% são mulheres, o que pode reforçar a questão de que a mãe é a que tem mais contato com a educação escolar dos filhos, é quem mais participa das atividades escolares. Desta participação feminina, 20% se auto identificaram como donas de casa.

GRÁFICO 1- PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO DOS PAIS E ALUNOS



A idade dos conselheiros e conselheiras varia de 26 a 47 anos. A renda familiar deste segmento vai de dois a cinco salários mínimos.

GRÁFICO 2- IDADE DOS CONSELHEIROS



A escolarização dos conselheiros/conselheiras é do Ensino Fundamental completo ao Ensino Médio (antigo 2º Grau), sendo que 4% tem nível Superior.

Apesar da boa escolarização e do acesso a jornais e revistas, 37% dos conselheiros/conselheiras afirmam não gostar de ler quando lhes é perguntado que estilo de livro mais gostam. Dentre os que responderam ao estilo de livros de que mais gostam, ler romances foi o mais citado. Em relação à leitura de periódicos (revistas, jornais) têm acesso ao menos de duas a três vezes por semana.

Percebeu-se em relação à procura por informação e conhecimento, que os conselheiros/conselheiras procuram na televisão, através dos telejornais manterem-se atualizados. A preferência em assistir telenovelas, ao ligar o aparelho de televisão, foi a mais assinalada depois dos telejornais.

Ao se tratar do descanso, ou melhor, nas ocasiões em que não estão trabalhando os conselheiros/conselheiras preferem alternar-se entre ficar em casa e passear com a família.

A segunda parte do instrumento de coleta de dados (separado didaticamente para melhor expor os dados) procurou abordar questões sobre a participação nas reuniões do conselho e a postura dos conselheiros: saber como olham a escola e o que pensam sobre ela.

Apesar de todo o estigma e dificuldades pelas quais passa a escola pública, os conselheiros/conselheiras acreditam na qualidade da escola em que atuam, ao responder que este é o motivo pelo qual seus filhos estudam nesta escola.

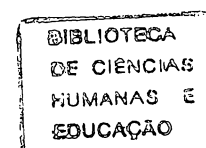
Percebeu-se que eles ainda não conquistaram autonomia ou não têm esclarecimentos suficientes para solicitarem reuniões, pois todas são marcadas pelo (a) presidente do Conselho, ou seja, pelo(a) diretor(a)⁶.

Nas perguntas dirigidas aos diretores(as) das escolas pesquisadas, 78% responderam que não têm programas de capacitação para os conselheiros, 11% não responderam e apenas 11% disseram que houve uma capacitação por parte da Secretaria de Educação. Segundo Gohn (2001) a qualidade da participação pode ser mensurada pelo grau de informação (ou desinformação) e que: *“...novos experimentos participativos desempenham também papel educativo aos seus participantes; à medida que fornecem informações, os capacitam à tomada de decisões e desenvolvem uma sabedoria política”*.

Há muito se discute a participação dos pais na escola, sobre o comparecimento em atividades organizadas pela escola. No entanto pela pesquisa pode-se perceber que os conselheiros/conselheiras já vêm participando do Conselho mais de uma vez, razão pela qual todos responderam que participam do Conselho por vontade de ajudar a escola, como bem ilustra a conselheira da escola C: *“... a escola é uma extensão da nossa casa e que também a comunidade deve sempre participar e ajudar a mesma, pois uma precisa da outra”*.

Na pergunta sobre se a participação no Conselho havia modificado a opinião que tinham sobre a escola, 100% dos(as) conselheiros/conselheiras responderam que a sua opinião mudou e que agora sabem das verdadeiras necessidades da escola e se sentem realmente fazendo parte da comunidade escolar, mais como meros espectadores, mas verdadeiros protagonistas na busca de uma escola de melhor qualidade para os filhos.

⁶ Conforme a Resolução 20/91 do Conselho Estadual de Educação, no artigo 7º, o presidente do Conselho obrigatoriamente deve ser o(a) diretor(a) da escola.



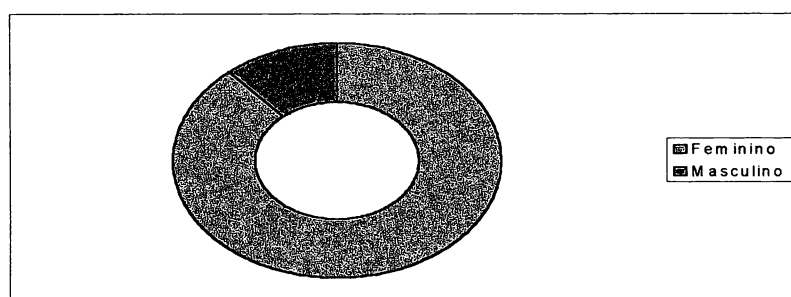
Em se tratando das reuniões do Conselho, os conselheiros/conselheiras do segmento dos pais e alunos, ouvem atentamente o que é repassado, manifestam sua opinião e participam das discussões, além de consultarem previamente seus representados e realizarem o repasse do que foi tratado nas reuniões. No entanto em relação a representarem a vontade e opinião de seu segmento, segundo Fortuna (2001:113) é *“inegável a marca da história da vida pessoal de cada sujeito na definição de suas opções no presente, esteja ele atuando em qualquer espaço de sua existência. Como também se torna difícil deixar de reconhecer que, nesse projeto identificatório, é a relação entre o sujeito e o outro que está sempre em causa”*. Colocam que muitas vezes é difícil expressar a posição do grupo ou defender a idéia deste, quando não se concorda com isto. Além da grande dificuldade em reunir todos os pais para repassar todas as informações, pois não há condições materiais e físicas para isto.

Os conselheiros/conselheiras assinalaram como situações que acontecem na escola e onde percebem que os pais estão realmente participando quando: são chamados para reuniões de pais e professores e quando votam para eleger os(as) diretores(as) das escolas. Fato que evidencia que a preocupação dos conselheiros com outras questões que não somente o rendimento e comportamento dos filhos na escola.

Os conselheiros/conselheiras enxergam na escola um lugar de apropriação do saber, uma forma de ascensão social, onde se aprende e se ensina a ser cidadão.

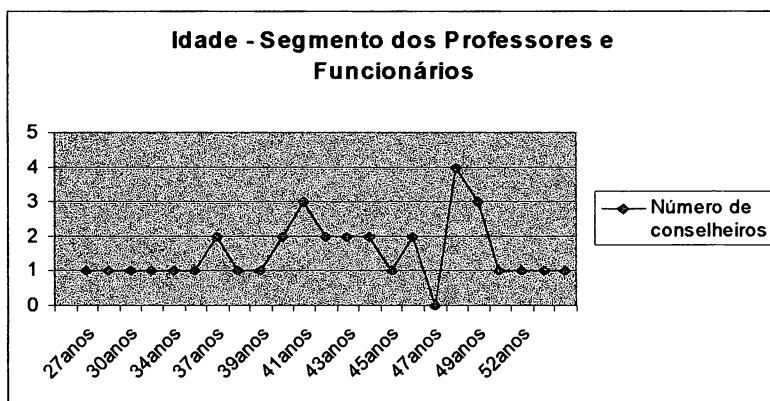
Em relação à pesquisa realizada com o segmento dos professores e funcionários, constatou-se que 71% dos conselheiros (é) mulher, confirmando-se que no Ensino Fundamental no Brasil o quadro de profissionais do magistério é composto por maior número de profissionais do sexo feminino.

GRÁFICO 3 – PARTICIPAÇÃO DO SEGMENTO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS



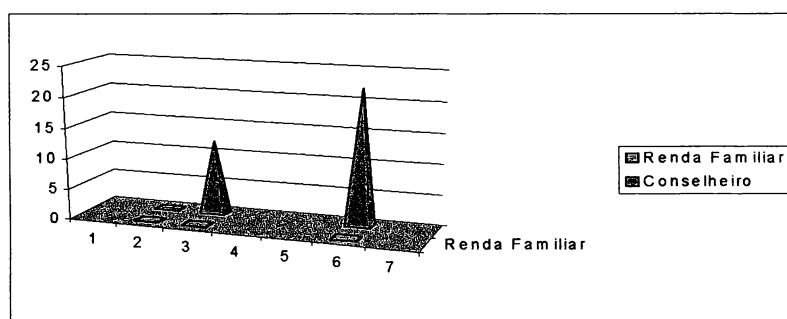
A faixa etária deste segmento varia de 25 a 53 anos, predominando a idade entre 30 e 40 anos. Em relação à escolarização 68% dos professores/professoras têm nível superior de instrução e os funcionários têm o Ensino Médio (2º Grau) completo.

GRÁFICO 4 – FAIXA ETÁRIA



Dos conselheiros do segmento dos professores e funcionários que responderam ao questionário, 62% têm uma renda familiar de mais de cinco salários, conforme ilustra o gráfico abaixo.

GRÁFICO 5 – RENDA FAMILIAR



Em relação ao estilo de livro que mais gostam foram citados vários: auto-ajuda, psicologia, literatura infantil, paradidáticos, pedagógicos, literatura geral, no entanto o mais citado foi romance. Este segmento têm acesso a periódicos de uma a três vezes por semana.

Na televisão o que assistem é telejornal, para assim como o outro segmento se informarem dos acontecimentos atuais. Assistir a filmes também foi citado por 77% dos conselheiros.

Com relação ao que fazem nas horas livres em que não estão trabalhando, a resposta se assemelha ao outro segmento: passear com a família e ficar em casa.

Outros dois pontos em comuns entre os segmentos é o do(a) diretor(a) organizar todas as reuniões do Conselho e já terem participado outras vezes, em outras ocasiões do Conselho.

Seja pelo trabalho mais direto na escola e pelo conhecimento da importância de canais de participação democrática, como o Conselho de Escola, os segmentos dos professores e funcionários apontou como razão para ser conselheiro o conhecimento da importância da participação da comunidade escolar na escola.

Na segunda parte do questionário separado apenas para melhor verificar como os conselheiros participam das reuniões e se percebem o Conselho como espaço coletivo de discussão e tomada de decisão, verificou-se que os conselheiros/conselheiras deste segmento foram eleitos representantes em reuniões com participação de toda comunidade escolar e com votação. Para 68% dos conselheiros/conselheiras a participação no Conselho propiciou conhecer as necessidades da escola e tentar ajudá-la.

Para 80% dos conselheiros/conselheiras ao participar das reuniões representam a opinião de seu segmento, com consulta prévia aos seus representados e fazem o repasse das informações a todos os outros integrantes. Este segmento por restringir-se a um menor grupo de pessoas, se comparado ao dos pais e alunos, têm mais possibilidades de encontrar-se e repassar as informações.

Para este segmento o Conselho é um espaço onde podem manifestar suas opiniões e participar das discussões assim como as suas opiniões são ouvidas e respeitadas por todos e quando não têm muitas informações sobre o que está sendo tratado, podem solicitar maiores informações e esclarecimentos.

Tanto é o reconhecimento do papel importante do Conselho que quando solicitados a escrever sobre o que significa participar do Conselho os conselheiros/conselheiras responderam:

Escola E – *“estar realmente fazendo parte da escola. Podendo acrescentar, melhorar, participar, crescer enquanto membro participativo de uma parte da sociedade de extrema importância”*.

Escola I – *“estar contribuindo sempre para a melhoria da minha escola”*

Escola A – *“atuar de forma significativa nas reuniões, defendendo os anseios legítimos de meu segmento, bem como as necessidades dos demais”*.

Escola B – *“acompanhar as necessidades da escola e poder ajudar a atendê-las, ajudar na articulação entre os segmentos da comunidade escolar e os setores da escola para garantir sua função que é educar”*.

Escola D – *“responsabilidade, coparticipação, colaboração e exercício da democracia”*.

Escola F – *“poder participar de forma efetiva e democrática nas decisões que se toma na escola é uma oportunidade de decidir os rumos da escola, visando sempre a sua melhoria e uma educação de qualidade”*.

Escola C – *“conhecer a realidade da escola e da comunidade, valorizando o que deve ser preservado e dando apoio nas coisas que precisam ser mudadas”*.

Em relação aos objetivos propostos nesta pesquisa o que leva e motiva os sujeitos, professores, pais, alunos e funcionários, a tomarem parte do grande processo de democratização da escola, através dos Conselhos é a vontade de ajudar, de melhorar a escola, de conhecer melhor seus problemas, necessidades, de poder participar das decisões, de fazer a diferença com a sua participação.

Com relação ao conselheiro ter consciência de sua representatividade frente ao coletivo de seu segmento, ficou evidenciado através das respostas do questionário que há essa consciência, no entanto se faz necessário uma averiguação mais profunda com entrevistas, participação do pesquisador nas reuniões, conversa com os representados,

para se ter dados mais concretos sobre esta questão, pois no questionário estas não ficam evidenciadas totalmente.

O terceiro objetivo que se procurou atingir através da pesquisa também precisaria de mais instrumentos de coleta de dados para se obter uma resposta mais objetiva e clara. O que se pode dizer é que realmente o maior engajamento, o maior comprometimento, o maior conhecimento das questões sobre a escola, por parte dos conselheiros/conselheiras, resulta na melhoria das relações entre escola e comunidade e na compreensão de que a escola pertence a ela e deve ser cuidada no sentido de coibir pichações, depredações, furtos de objetos, que implicam em onerosos gastos, revertendo-se este investimento em melhorias como compra de materiais didáticos, equipamentos de informática, melhorias no prédio escolar e outros. A parte pedagógica não deve ser esquecida, área em que o conselho também atua e que por vezes fica sob responsabilidade exclusiva dos profissionais da escola.

Portanto o cuidado que se deve ter com o Conselho, especificamente nas escolas municipais de Curitiba, é o de não torná-lo apenas um espaço para aprovação de prestações de contas das verbas enviadas pela Secretaria, utilizando os conselheiros como meros instrumentos de validação de decisões já acertadas previamente, mas lutar para que ele seja um verdadeiro espaço de participação de diferentes instâncias da comunidade escolar e as decisões sejam coletivas e postas em prática efetivamente.

Finalmente o universo da escola é particularmente complexo e específico; o diálogo só pode ser verdadeiro e frutífero a partir de um esforço onde todos tentem perceber e conhecer o outro em seu próprio contexto e a partir de sua história constitutiva. Ou seja, ver o outro tal qual ele mesmo se vê, e não apenas como eu o vejo a partir da minha especificidade. Isto significa dizer que para entender a escola pública, é necessário praticar

constantemente o exercício da participação em todos os sentidos. (Gutierrez & Catani: 2002, 74)

CONCLUSÃO

Faz-se necessário ainda muito estudo e aplicação de novos instrumentos para que se possa realmente traçar o perfil dos conselheiros/conselheiras que compõem os Conselhos das Escolas Municipais de Curitiba, além da observação de encontros/reuniões destes grupos.

O que se percebeu é que estes Conselhos realmente caminham em busca da democratização das relações na escola, procurando auxiliar nos mais diferentes campos, tanto de ordem administrativa, financeira como pedagógica. Sabe-se que este é um longo caminho e cheio de obstáculos, mas que os primeiros passos já foram dados e com grandes perspectivas de avanços e conquistas.

Seria muito interessante que estes conselheiros pudessem entrar em contato com conselheiros de outras escolas para troca de informações e idéias, o que enriqueceria ainda mais o trabalho desenvolvido por eles, além do fato de poderem demonstrar para toda comunidade, especialmente para aquele segmento não participativo, que a união, a organização e a força de vontade de trabalhar por uma causa justa como é a de uma escola melhor, traz inúmeros benefícios não só pessoais, mas para todo o coletivo.

Pensou-se com a realização desta pesquisa poder contribuir mesmo que de forma mínima, com a questão do Conselho como canal de democratização da escola. Sabemos ser uma idéia muito relevante para a melhoria da participação nos conselhos a realização de capacitações dentro da própria escola, com diversos profissionais e conselheiros de outros conselhos que tenham uma boa experiência a passar, com o intuito de enriquecer a participação dos conselheiros, de propiciar-lhes condições de poder opinar e decidir, sem constranger-se de sua desinformação ou inexperiência acerca dos assuntos tratados.

Assim como a sugestão de capacitação para os conselheiros e para toda a comunidade a respeito da importância do Conselho, alguns cuidados também devem ser tomados para se evitar problemas, mascarando os objetivos do Conselho de Escola como:

- As pessoas atuarem por interesses coletivos e não pessoais, já que o Conselho visa envolver a escola como um todo, através da representação de seus conselheiros;
- As informações devem ser claras para todos, devendo ser discutidas e analisadas com propostas objetivas, levantando-se os prós e os contras;
- A duração das reuniões deve ser respeitada e todos devem ser convidados a exporem as suas opiniões, procurando-se tratar objetivamente os assuntos para que não se criem blocos de conversas paralelas ou que todos falem de uma vez só, atrapalhando e atrasando as votações e tomadas de decisões.

Muitas vezes, porém, apesar de todos os esforços, cuidados, dedicação e participação dos conselheiros, a democracia demora a apresentar resultados. Por isso é muito importante ter paciência, mas não ficar parado esperando que as coisas aconteçam naturalmente, mas sim, repassando informações, apresentando soluções e sucessos conseguidos a todos, convidando outros para que venham fazer parte desse trabalho coletivo em busca de uma escola mais democrática e um ensino com mais qualidade.

A participação dos conselheiros no Conselho de Escola muda em muito a visão, que se tinha até então, da escola, como bem ficou comprovado no seguinte depoimento: *“Agora conheço os problemas da escola, as dificuldades que a direção tem para administrar e manter tudo bem e em ordem”* (Conselheiro Escola A.).

Faz parte da dialética de um Conselho ser um órgão colegiado, ser um corpo colegiado. Membros de igual dignidade, com responsabilidades comuns devem fazer o esforço de, coletivamente (co), fazer uma leitura (legium) racional e dialógica dos problemas próprios daquela instituição social (Cury, 2000:50).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- APPLE, M. & BEANE, J. **Escolas democráticas**. São Paulo: Cortez, 1997
- BASTOS João Batista (org). **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro, DP&A: SEPE, 2001.
- BOBBIO, Norberto. **O futuro da Democracia**. Uma defesa das regras do jogo. Rio de Janeiro: Paz e Terra S/A, 1986
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 (LDB). Brasília. 1996.
- CISESKI, Ângela Antunes & ROMÃO, J. **Conselhos de Escola: coletivos constituintes da Escola Cidadã**. In: Salto para o futuro: Construindo a escola cidadã, projeto político pedagógico/Secretaria de Educação à Distância. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, SEED, 1998. p. 43-52.
- CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO-PR. Deliberação 020/91. Curitiba, 1991
- CURY, Carlos Roberto Jamil. **Os Conselhos de Educação e a gestão dos sistemas**. In: FERREIRA, Naura Syria Carapeto, AGUIAR, Márcia Angela da S.(org.) **Gestão da Educação. Impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo, Cortez, 2001, p.43-60.
- DEMO, Pedro. **Participação é conquista: noções de política social participante**. São Paulo, Cortez, 1988.
- FERREIRA, Naura S. C., AGUIAR, Márcia A. da S. (org). **Gestão da Educação: impasses, perspectivas e compromissos**. São Paulo, Cortez, 2001.
- FORTUNA, Maria Lúcia de Abrantes. **Gestão Democrática na escola pública: uma leitura sobre seus condicionantes subjetivos**. In: BASTOS, João B. **Gestão Democrática**. Rio de Janeiro: DP&A:SEPE, 2001, 2ª edição. P.107-123.
- FREIRE, Paulo. **A educação na cidade**. São Paulo, Cortez, 1991.
- GADOTTI, Moacir e José E. Romão (orgs.) **Autonomia da Escola: princípios e propostas**. São Paulo, Cortez: Instituto Paulo Freire, 2000.
- GONH, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e participação sócio política**. São Paulo, Cortez, 2001.

GUTIERREZ, Gustavo Luis & CATANI, Afânio Mendes. **Participação e Gestão Escolar: Conceitos e potencialidades.** In: FERREIRA, Naura S. Carapeto (org.). *Gestão Democrática da Educação: atuais tendências, novos desafios.* São Paulo: Cortez, 2000, p.59-75.

LÜCK, Heloísa. **A dimensão participativa da gestão escolar.** In: *Revista Gestão em Rede.* Curitiba, nº 9, 1998, p.13-17

MINAYO, Cecília S. (org.). **Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis: Vozes, 1994.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO. **Plano decenal de educação para todos.** Brasília, 1993.

NUNES, Andréa C. **Gestão democrática ou compartilhada? Uma (não) tão simples questão de semântica.** In: *Caderno Pedagógico.* Curitiba:APP Sindicato, nº 2, 1999, p.37-40

RIOS, Teresinha A. **A autonomia como projeto - horizonte ético-político.** In: *A autonomia e a qualidade do ensino.* Série Idéias, nº 16. São Paulo:FDE, 1995

SANTOS GUERRA, Miguel Angél. **El lado oculto de la organización escolar.** Málaga/Espanha:Aljibe, 1994.

SPÓSITO, Marília Pontes. **Educação, gestão democrática e participação popular.** In: BASTOS, João Baptista (org.) *Gestão Democrática.* Rio de Janeiro: DP&A:SEPE, 2001, 2ª edição, p.45-56

ANEXO 1

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO
IRACEMA APARECIDA ESPIGIORIN RUY

O presente instrumento destina-se à coleta de dados para a produção de uma Pesquisa que objetiva traçar o perfil dos conselheiros que compõe os Conselhos das Escolas Municipais de Curitiba. Sua colaboração será muito importante ao responder e devolver este questionário.

INSTRUMENTO DO SEGMENTO DOS PAIS E ALUNOS

Data: ___ / ___ / ___ Sexo: () Feminino () Masculino Idade: ___ anos

Profissão: _____ Turno de trabalho: () diurno () noturno

Número de filhos: _____

1) Marque com um X o seu grau de escolaridade:

- () Ensino Fundamental completo (1º Grau)
- () Ensino Fundamental incompleto (1º Grau)
- () 2º Grau completo/Ensino Médio
- () 2º Grau incompleto/ Ensino Médio
- () Ensino Superior. Qual curso? _____

2) Sua renda familiar é :

- () até um salário mínimo
- () de dois a cinco salários
- () mais de cinco salários

3) Qual é a frequência com que você lê jornais e/ou revistas?

- () um dia na semana
- () duas a três vezes por semana
- () todo dia
- () não costuma ler

4) Em relação à leitura de livros, qual estilo gosta de ler? _____

- () não costuma ler livros

5) Em seus horários livres você:

- () passeia com a família
- () vai à igreja
- () faz algum tipo de trabalho voluntário. Qual? _____
- () fica em casa
- () outros. Qual? _____

- 6) Quando liga a televisão, o que você assiste ?
- telejornal
 - novela
 - filmes
 - desenho
 - variedades como: culinária, fofocas, etc.
 - esportivo
 - não assiste televisão
- 7) Seu(sua) filho(a) estuda nesta escola porque:
- não têm condições de pagar uma escola particular
 - é a escola mais próxima de sua casa
 - acredita na qualidade de ensino desta escola
 - foi indicada por outros pais
 - outro? _____
- 8) Como soube da existência do Conselho de Escola?
- em reuniões organizadas pela direção da escola
 - através de seu(sua)filho(a)
 - por outras mães e pais
 - Pelo professor ou professora.
- 9) Em relação à sua participação no Conselho de Escola:
- é a primeira vez que participa.
 - já participou em outras ocasiões. Quantas vezes? _____
- 10) O que o levou a aceitar o cargo de conselheiro?
- imposição do segmento(ou seja o grupo de pais ou alunos) que representa.
 - imposição da administração da escola(diretor/vice-diretor)
 - falta de outros candidatos.
 - vontade de ajudar a escola.
 - conhecimento da importância deste cargo no funcionamento da escola.
 - outros motivos. Quais? _____
- 11) Como foi eleito representante ou Conselheiro?
- em Assembléia com a participação de todos e com votação.
 - por indicação do segmento que representa, sem participação em Assembléia.
 - em substituição a um representante/conselheiro não participativo(a).
 - outro.
- 12) Sua participação como representante/conselheiro modificou a opinião que tinha sobre a escola ?
- Sim
 - Não
- Em caso afirmativo, em quais aspectos sua opinião mudou? Assinale com um X:

- conhece melhor os profissionais que trabalham na escola
- compreende melhor como funciona a escola e sabe de suas necessidades.
- controle das verbas que a escola recebe.
- outros. Quais? _____

13) Ao participar das reuniões do Conselho de Escola:

- representa a opinião de seu segmento, com consulta prévia aos seus representados.
- representa sua opinião pessoal pois não tem como consultar seus representados.
- procura seus representados mas não é ouvido.
- representa sua opinião pessoal, pois não é possível reunir todos os integrantes de seu segmento.

14) Como representante/conselheiro do Conselho de Escola:

- faz o repasse das informações que recebe a todos os outros integrantes do seu segmento.
- repassa as informações que recebe apenas aos outros integrantes com quem tem maior contato.
- nunca repassa as informações/discussões que recebe, pois não tem como encontrar-se com seus representados.
- não acha necessário fazer o repasse das informações a seus representados.

15) Ao participar das reuniões do Conselho, sua postura é de:

- ouvir atentamente todas as opiniões/discussões sem manifestar-se.
- ouvir atentamente e manifestar suas opiniões, participando das discussões.
- outro

16) Ao manifestar-se percebe que:

- suas opiniões/sugestões são ouvidas e respeitadas.
- suas opiniões/sugestões não são ouvidas.
- suas opiniões/sugestões são ouvidas mas nunca levadas em consideração.
- outro

17) Ao se discutir um assunto de pouco conhecimento dos representantes/conselheiros, que exija votação:

- solicita que o assunto seja discutido, para esclarecer suas dúvidas e é atendido para votar consciente.
- solicita que o assunto seja discutido, para esclarecer suas dúvidas, mas seu pedido não é atendido.
- não se manifesta e segue o voto da maioria.
- não se manifesta, mas vota consciente.

- 18) Em relação a realização das reuniões do Conselho de Escola:
- são sempre marcadas pela direção da escola.
 - os representantes/conselheiros têm liberdade para solicitar a realização de reuniões.
 - os representantes/conselheiros nunca solicitam a realização de reuniões.
- 19) Para você participar do Conselho de Escola significa:
- fazer parte realmente da **comunidade escolar**
 - entender melhor como funciona uma escola
 - estar mais perto do(a) filho(a)
 - ajudar à escola.
 - outro. _____
- 20) Em quais situações abaixo, você acha que os pais estão realmente participando da vida da escola?(poderá marcar mais de um)
- eleição de diretor(a) reunião de pais Assembléias APPF Festas
- 21) Para você a escola é...(pode marcar mais de uma opção)
- um lugar onde é transmitido(o professor passa para o aluno) conhecimentos e informações.
 - um lugar onde se deve ensinar bons modos e a ter boa educação com outras pessoas.
 - um lugar onde se aprende muitas coisas e onde se ensina a ser cidadão.
 - um lugar onde se permanece uma boa parte do dia sentado e escutando o professor.
 - outros. Como vê a escola?
-
-

ANEXO 2

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO(OTP)
IRACEMA APARECIDA ESPIGIORIN RUY

O presente instrumento destina-se à coleta de dados para a produção de uma de Pesquisa que objetiva traçar o perfil dos conselheiros que compõe os Conselhos das Escola Municipais de Curitiba. Sua colaboração será muito importante ao responder e devolver este questionário.

INSTRUMENTO DE PESQUISA PARA SEGMENTO DOS PROFESSORES E
FUNCIONÁRIOS

Data: ___/___/___ Sexo: () Feminino () Masculino Idade: _____ anos

Profissão: _____ Turno de trabalho: () diurno () noturno
Número de filhos : _____

- 1) Marque com um X o seu grau de escolaridade:
 Ensino Fundamental completo (1º Grau)
 Ensino Fundamental incompleto (1º Grau)
 2º Grau completo/Ensino médio
 2º Grau incompleto/Ensino Médio
 Ensino Superior. Qual curso? _____
- 2) Sua renda familiar é:
 até um salário mínimo
 de dois a cinco salários
 mais de cinco salários
- 3) Qual é a freqüência com que você lê jornais e/ou revistas?
 todo dia
 duas a três vezes por semana
 uma vez por semana
 não costuma ler.
- 4) Em relação à leitura de livros, qual estilo gosta de ler?

 não costuma ler livros.
- 5) Quando liga a televisão, o que você mais assiste?
 telejornal
 novela
 filmes
 variedades como: culinária, fofocas, etc
 esportes
 outros. Qual? _____
 não assiste televisão

- 6) Em seus horários livres você:
- passeia com a família
 - vai à igreja
 - fica em casa
 - faz algum tipo de trabalho voluntário. Qual? _____
 - outro. Qual? _____
- 7) Como soube da existência do Conselho de Escola?
- em reuniões organizadas pela direção da escola
 - através de seus colegas de trabalho
 - outro. Qual? _____
- 8) Em relação à sua participação no Conselho de Escola:
- é a primeira vez que participa.
 - já participou em outras ocasiões. Quantas vezes? _____
- 9) O que o levou a aceitar ser conselheiro?
- imposição do segmento(grupo de professores ou funcionários) que representa
 - imposição da administração da escola (diretora, vice-diretora)
 - falta de outros candidatos
 - vontade de ajudar à escola
 - conhecimento da importância da participação da comunidade escolar na escola
 - outros motivos. Quais? _____
- 10) Como foi eleito representante ou Conselheiro?
- em Assembléia com a participação da comunidade escolar e com votação.
 - por indicação do segmento que representa, sem participação em Assembléia
 - em substituição a um conselheiro/representante não participativo(a).
- 11) Sua participação como conselheiro/representante modificou a opinião que tinha sobre a escola?
- Sim
 - Não
- Em caso afirmativo, em quais aspectos sua opinião mudou?
- sabe das necessidades da escola e pode ajudar a atendê-las.
 - acompanha e fiscaliza a aplicação das verbas
 - outros. Quais? _____
- 12) Ao participar das reuniões do Conselho:
- representa a opinião de seu segmento, com consulta prévia aos seus representados
 - representa sua opinião pessoal, pois não tem como reunir e consultar seus representados
 - procura seus representados, mas não é ouvido.

- 13) Como representante/ conselheiro:
- faz o repasse das informações a todos os outros integrantes de seu segmento
 - repassa as informações que recebe apenas aos outros integrantes que tem maior contato
 - nunca repassa as informações, pois não tem como encontrar-se com seus representados
 - não acha necessário fazer o repasse das informações
 - outro
- 14) Ao participar da reuniões do Conselho, sua postura é:
- ouvir atentamente todas as opiniões e discussões, sem manifestar-se
 - ouvir atentamente , manifestar suas opiniões e participar das discussões
- 15) Ao manifestar-se nas reuniões, percebe que:
- suas opiniões/sugestões são ouvidas e respeitadas
 - suas opiniões/sugestões não são ouvidas
 - suas opiniões/sugestões são ouvidas, mas nunca levadas em consideração
- 16) Ao se discutir um assunto de pouco conhecimento dos representantes/conselheiros, que exija votação:
- solicita que o assunto seja discutido, para esclarecer dúvidas e é atendido para votar consciente.
 - solicita que o assunto seja discutido, para esclarecer suas dúvidas, mas não é atendido
 - não se manifesta e segue o voto da maioria
 - não se manifesta e vota consciente
- 17) Para você participar do Conselho de Escola significa:
- _____
- _____
- _____
- 18) Quais atitudes fazem parte de um processo de Gestão Democrática na escola?(Pode marcar mais de um)
- definição dos representantes do Conselho de Escola e APPF, indicados exclusivamente pela direção da escola
 - promoção de Assembléia para definição de representantes para o Conselho de Escola e APPF
 - eleições diretas para diretor e vice-diretor, com a participação de toda comunidade escolar
 - participação dos vários segmentos da comunidade escolar (pais, alunos, professores, funcionários) em Conselhos de Escola, Associações e outros.
 - participação de representantes da comunidade escolar na definição da utilização dos recursos financeiros, definindo sua aplicação, acompanhamento, fiscalização e avaliação das ações.
 - participação dos representantes como meros instrumentos de validação das decisões tomadas pela direção da escola.

ANEXO 3

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO (OTP)
IRACEMA APARECIDA ESPIGIORIN RUY

Prezado(a) Diretor(a):

Venho por meio desta pedir sua inestimável colaboração no sentido de entregar os questionários que envio anexo a esta correspondência, aos participantes do Conselho de sua Escola, para que os preencham e os devolvam. Esclareço que estou realizando uma Pesquisa na área de Gestão Escolar, mais especificamente em relação aos Conselhos de Escola e pretendo em minha monografia traçar o perfil dos participantes/conselheiros dos Conselhos das Escolas Municipais de Curitiba.

Certa de sua compreensão e colaboração agradeço e peço, se possível, que preencha algumas informações (abaixo) e devolva-me **pelo malote** o maior número de questionários preenchidos e o mais rápido que puder.

Qualquer dúvida entrar em contato pelos fones: 286-6563(Escola) ou 96017314.

Atenciosamente

Iracema A. E. Ruy
Diretora da Escola M. Wenceslau Braz
NRE – BQ 024

Dados sobre a Escola e o Conselho de Escola.

Nome da Escola: _____

Núcleo Regional do _____

Número total de alunos da escola: _____

Atendimento da Escola: () Etapa Inicial e Ciclos I e II () Ciclos I e II () EJA
() Ciclo III e IV

() de período integral () Regular () outro _____

Número de membros/participantes do Conselho de Escola: _____

Data da última eleição do Conselho: _____

Tempo de existência do Conselho na Escola: _____

Existe em sua escola um programa de formação para Conselheiros?

Qual é a periodicidade das reuniões do conselho?

Como é a frequência dos Conselheiros? Tem dificuldades neste aspecto?

Data: ____ / ____ / ____.

ANEXO 4

TABULAÇÃO GERAL DOS DADOS COLETADOS:

QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO DOS PAIS E ALUNOS

<p>Questão 1-</p> <p>a)08 b)05 c)10 d)00 e)01</p> <p>Contabilidade</p>	<p>Questão 2-</p> <p>a) 02 b) 17 c) 04</p>	<p>Questão 3-</p> <p>a) 04 b) 09 c) 07 d) 05</p>	<p>Questão 4-</p> <p>Tipo: Romance –07 Bíblia Aventura Auto-ajuda Documentário Policial Psicologia Gibi Esotéricos Não gosta:09</p>	<p>Questão 5-</p> <p>a) 15 b) 10 c) 02 - Igreja 02 d) 11 e) Andar e ler</p>
<p>Questão 6-</p> <p>a) 20 b) 14 c) 14 d) 04 e) 06 f) 08 g) 01</p>	<p>Questão 7-</p> <p>a) 07 b) 08 c) 17 d) 05 Outro</p>	<p>Questão 8-</p> <p>a) 21 b) 00 c) 02 d) 00</p>	<p>Questão 9-</p> <p>a) 10 b) 14 - Várias vezes</p>	<p>Questão 10-</p> <p>a) 01 b) 03 c) 02 d) 15 e) 08 Outros APPF</p>
<p>Questão 11-</p> <p>a) 10 b) 07 c) 05 Outro – 01</p> <p>vacância no cargo</p>	<p>Questão 12-</p> <p>Sim – 18 Não – 05</p> <p>a) 06 b) 18 c) 05 Outros 00</p>	<p>Questão 13-</p> <p>a) 14 b) 03 c) 01 d) 08</p>	<p>Questão 14-</p> <p>a) 11 b) 09 c) 04 d) 00</p>	<p>Questão 15-</p> <p>a) 02 b) 22 Outro 00</p>
<p>Questão 16-</p> <p>a) 22 b) 00 c) 01 Outro 1</p>	<p>Questão 17-</p> <p>a) 18 b) 01 c) 02 d) 03</p>	<p>Questão 18-</p> <p>a)11 b)09 c)04</p>	<p>Questão 19-</p> <p>a) 17 b) 10 c) 03 d) 10 Outro</p>	<p>Questão 20-</p> <p>a) 16 b) 19 c) 11 d) 09 e) 08</p>
<p>Questão 21-</p> <p>a) 20 b) 10 c) 20 d) 00 Outro</p>				

IDADE:

26 anos	27 anos	28 anos	30anos	31 anos	33 anos	34 anos	35 anos	37 anos
01	01	01	01	01	05	01	01	02

38 anos	39 anos	41 anos	42 anos	44 anos	46 anos	47 anos
03	01	01	01	02	01	01

PROFISSÕES:

Inspetora -01
 Técnico Computação - 01
 Artesã(o) autônoma(o) - 02
 Agente Penitenciário - 01
 Cozinheira - 01
 Contabilista 02
 Assistente Administrativo - 02
 Auxiliar de escritório - 01
 Auxiliar de serviços gerais – 03
 Dona de casa – 05
 Auxiliar de produção -01
 Agente comunitária - 01
 Comerciante -01
 Representante comercial – 01

01 não respondeu

SEXO:

Feminino – 16

Masculino – 07

01 não respondeu esta questão

ANEXO 5

**TABULAÇÃO GERAL DOS DADOS:
QUESTIONÁRIO DOS PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS**

<p>Questão 1-</p> <p>a) 01 b) 00 c) 08 d) 00 e) 26</p> <p>Pedagogia(14) Magistério- Normal Superior(03) Letras (03) História(01) Artes Plásticas(01) Port/Inglês(01) Biologia(02) Ciências Sociais(01) Matemática(02)</p>	<p>Questão 2-</p> <p>a) 00 b) 12 c) 22</p> <p>01 não respondeu</p>	<p>Questão 3-</p> <p>a) 10 b) 10 c) 12 d) 01</p> <p>02 não responderam</p>
<p>Questão 4-</p> <p>Tipo:</p> <p>Romance: 11 Todos/Vários: 10 Psicologia: 02 Paradidáticos:03 Pedagógicos: 01 Educação:02 Literatura Infantil: 01 Literatura Geral: 01 Informativos: 01 Auto-ajuda:03 Científicos:01 Espírita:01 Biografias:01 Não gosta: 04</p>	<p>Questão 5-</p> <p>a) 32 b) 13 c) 27 d) 10 e) 05 f) 07 NET, Documentários(03) Clip Musical,etc. g) 00</p>	<p>Questão 6-</p> <p>a) 25 b) 14 c) 21 d) 03 ONG e Alfabetização de Adultos e) 06 Passear, dançar,viajar, ler, assistir televisão.</p>
<p>Questão 7-</p> <p>a) 32 b) 03 c) 00</p>	<p>Questão 8-</p> <p>a) 10 b) 25</p>	<p>Questão 9-</p> <p>a) 03 b) 00 c) 02 d) 13 e) 23 f) 02 Diretora/Vice-diretora</p>
<p>Questão 10-</p> <p>a) 15 b) 14</p>	<p>Questão 11-</p> <p>Sim – 24 Não – 11</p>	<p>Questão 12-</p> <p>a) 28 b) 05</p>

c) 03 01 é Membro nato e 02 não responderam	a) 19 b) 18 c) 02	02 não responderam
Questão 13- a) 23 b) 10 c) 02	Questão 14 a) 05 b) 30	Questão 15 a) 33 b) 00 c) 01 01 não respondeu
Questão 16 a) 32 b) 00 c) 00 d) 02 01 Não respondeu	Questão 17 “Conhecer a realidade” “Contribuir” “Colaborar com a escola” “Compromisso com a escola” “Acompanhar” “Ajudar na articulação entre os segmentos” “Interesse pelo bem da instituição” “Responsabilidade” “Co-participação” “Exercício da democracia” “Estar a par dos assuntos da escola” “Apoio” “Participar garante escola melhor para todo os alunos” “Ajudar e aprender” “Atuar de forma significativa nas reuniões” 04 pessoas não responderam esta questão.	Questão 18 a) 01 b) 29 c) 31 d) 28 e) 31

IDADE

25 anos	27 anos	29 anos	30 anos	31 anos	34 anos	35 anos	37 anos	38 anos	39 anos
01	01	01	01	01	01	02	01	01	02
40 anos	41 anos	42 anos	43 anos	44 anos	45 anos	46 anos	47 anos	48 anos	49 anos
03	02	02	02	01	02	00	04	03	01

50 anos	52 anos	53 anos
01	01	01

Funções na Escola:

Professor (a): 27

Pedagoga: 02

Assistente Administrativo: 04

Secretária: 01

Inspetor de aluno: 01

Sexo:

Feminino: 31

Masculino: 04